

Exército Imperial Japonês no período entreguerras: conceito operacional, planos de guerra e os objetivos estratégicos do estado japonês


Imperial Japanese Army in the interwars period: operational concept, war plans and the japanese state strategic goals

Resumo: Este artigo consiste em uma pesquisa inicial e exploratória sobre a formulação doutrinária do Exército Imperial do Japão e seu consequente conceito e planejamento operacional no entreguerras. O conceito desenvolvido neste período e, eventualmente, aplicada na 2ª Guerra Mundial na Ásia, era denominado *Sokkusen Sokketsu* (“Combate Rápido, Decisão Rápida”). Por intermédio de uma metodologia histórico-explanatória, objetiva-se demonstrar que o desenvolvimento desta formulação de forma independente, no período em tela, resultou em um descolamento entre os objetivos do Estado japonês e os objetivos elencados na guerra. Para isto, o artigo inicialmente realiza um breve debate acerca da relação entre doutrina e Grande Estratégia e, posteriormente, busca relacionar a formulação doutrinária japonesa ao seu contexto internacional, securitário e histórico. Deste modo, argumenta-se que a avaliação doutrinária e operacional não pode existir descolada do contexto histórico, econômico e social em que o país se encontra. Ou seja, a efetividade doutrinária deve ser considerada a partir dos objetivos estratégicos de um Estado.

Palavras-chave: Japão; conceito operacional; China; 2ª Guerra Mundial; 2ª Guerra Sino-japonesa.

Abstract: This article consists of an initial and exploratory research on the doctrinal formulation of the Imperial Army of Japan and its consequent concept and operational planning in the interwar period. The concept developed in this period, and eventually applied in World War II in Asia, was called *Sokkusen Sokketsu* (“Fast Combat, Fast Decision”). The article uses a historical-explanatory methodology. Its objective is to demonstrate that the doctrine’s independent formulation resulted in a detachment between the objectives of the Japanese State and the objectives listed in the war. For this, the article initially discusses the relationship between doctrine and Grand Strategy and, later, seeks to relate the Japanese doctrinal formulation to its international, security, and historical context. Thus, it is argued that the doctrinal and operational assessment cannot exist detached from the historical, economic, and social context in which the country finds itself. That is, the doctrinal effectiveness must be considered from the strategic objectives of a State.

Keywords: Japan; operational concept; China; Second World War; Second Sino-Japanese War.

Paulo Gilberto Fagundes Visentini 

Paulo Gilberto Fagundes Visentini
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações
Internacionais (NERINT-UFRGS).
Porto Alegre, RS, Brasil.
paulovi@ufrgs.br

Bruno Magno 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações
Internacionais (NERINT-UFRGS).
Porto Alegre, RS, Brasil.

National Chengchi University. Taiwan
Center for Security Studies (TCSS-NCCU)
Taipei. Taiwan.
brunomgn@gmail.com

Recebido: 16 set. 2022

Aprovado: 13 jan. 2022

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



1 INTRODUÇÃO

Este artigo consiste em uma pesquisa inicial e exploratória sobre a formulação de conceitos operacionais do Exército Imperial do Japão. Mais especificamente, uma análise sobre sua formulação nas décadas de 1920 e 1930 e a sua relação com os objetivos estratégicos japoneses do período. Conclui-se que a doutrina e conceitos formulados estavam descolados dos objetivos estratégicos do Estado japonês e, em última consequência, provocaram uma guerra prolongada contra a China e sua subsequente derrota para este país e os demais aliados na Segunda Guerra Mundial.

Para atingir este objetivo, inicialmente, são feitas algumas considerações teóricas sobre as perspectivas e abordagens utilizadas na análise. A seguir, é brevemente analisado o contexto econômico, político e internacional do Japão neste período. Em terceiro lugar, se analisa como o Exército respondeu a este contexto. E, por fim, se realiza uma análise do conceito operacional adotado pelo Exército Imperial Japonês no período em tela. À guisa de conclusão é feita uma reflexão do impacto desta doutrina e conceitos operacionais na Segunda Guerra Sino-japonesa e consequentemente na derrota japonesa.

No início do século XX, o Japão garantiu o seu ingresso no rol das grandes potências ao se desfazer do sistema de tratados desiguais, impostos por meio de uma diplomacia de canhoneiras no século anterior, derrotar a Rússia, sendo a primeira derrota militar de uma potência europeia por uma não-europeia, e fazer parte da coalizão vitoriosa na I Guerra Mundial. Dessa forma, integrou e participou da construção da arquitetura do Sistema Internacional do imediato pós-Grande Guerra erigida pela Liga das Nações. Entretanto, apesar desse novo sistema ser marcado pela tentativa de comprometer as potências em regimes de governança que procuravam evitar novas conflagrações, ele falhou em atacar as suas causas. Ou seja, não foram instaurados mecanismos de regulamentação financeira, econômica e comercial, mantendo profundas desigualdades entre as potências estabelecidas e as emergentes, tornando a manutenção de zonas exclusivas de influência o único meio de superar barreiras protecionistas em situações de crise do sistema.

O contexto internacional descrito, combinado à instabilidade política interna na China e a dependência japonesa de sua zona de influência neste país, posicionou ambos, progressivamente, em rota de colisão. Para o Japão, impôs-se a opção por dois caminhos, o primeiro seria de uma liderança primordialmente econômica na região para a manutenção de sua Revolução Nacional¹ e o segundo seria a manutenção de zonas de influência pela força e a preparação para uma guerra contra a URSS. A crise econômica, as deficiências institucionais e a colisão entre os interesses japoneses e ocidentais permitiram que ascendesse ao governo japonês, por meio da usurpação do poder civil, uma coalizão de forças do Exército e de segmentos do *zaibatsu* que optou pelo segundo caminho.

1 Revolução Nacional aqui é compreendida em uma perspectiva furtadiana (em referência à Celso Furtado e sua teoria do subdesenvolvimento), ou seja, a alteração das estruturas do Estado por meio da internalização do centro de decisão (antes transnacional) para a superação do subdesenvolvimento e inserção internacional autônoma. Esta internalização do centro de decisão se daria, de forma simplificada, por meio de três iniciativas: centralização política, industrialização econômica e modernização militar, o que no caso do Japão correspondeu à agenda da Restauração Meiji (1868) (MAGNO, 2018, p. 16-18, 35-40).

Enquanto a China, a partir do fim da década de 1920, retomou sua agenda de Revolução Nacional sob a liderança do *Guomindang* (GMD)², que enfrentou um cenário de disputa interna com o Partido Comunista Chinês (PCCh) e com os Senhores da Guerra pela supremacia. Essa instabilidade foi vista pelo Exército japonês como a oportunidade ideal para consolidar sua zona de influência exclusiva sobre a China e se preparar para uma confrontação com a URSS.

Contudo, a opção adotada pelo Exército Imperial Japonês e, posteriormente, pelo próprio Estado japonês, condiziam com seus objetivos estratégicos ou uma Grande Estratégia? Ainda, a formulação doutrinária deste período condizia com esta suposta Estratégia? Sustenta-se que, em realidade, o Japão passava por um período de impasse ou indecisão estratégica e que, por esse motivo, sua doutrina não condizia com os objetivos militares estabelecidos no período.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

De acordo com o Exército brasileiro, a doutrina militar consiste em: “[...] conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos, disposto de forma integrada e harmônica, fundamentados principalmente na experiência, destinado a estabelecer linhas de pensamento e orientar ações” (BRASIL, 2019, p. 1-2).

Contudo, a compreensão do conceito de doutrina militar pode ser diferente de país para país. Esta divergência estaria relacionada a fatores tecnológicos, disputas facionais internas, percepção de segurança e ameaça, competição entre lideranças civis e militares sobre prioridades orçamentárias, de segurança e objetivos estratégicos em diferentes países (CHAPMAN, 2009, p. 1).

Apesar destas possíveis diferenças conceituais, é consenso que a doutrina militar abarca a totalidade de uma força militar, sendo o princípio orientador no âmbito de todos os níveis da guerra: Estratégico, Operacional e Tático; e o fator que define a conduta da guerra de um Estado. Contudo, os níveis da guerra possuem uma hierarquia, eles não são estanques. Eles se sobrepõem entre si e não possuem uma delimitação clara. Em uma avaliação acadêmica esta delimitação varia de acordo com a unidade de análise em tela (HARVEY, 2022, p. 83-84).

Dada a abrangência que a doutrina militar possui sobre todos os níveis da guerra e a interrelação presente entre estes diferentes níveis, é de comum acordo, na literatura de Estudos Estratégicos, Relações Internacionais e Pensamento Militar, que a formulação doutrinária de determinada força militar, não está relacionada apenas a uma correlação de forças interna. A formulação doutrinária também se relaciona aos objetivos estratégicos do Estado no ambiente internacional ou, ainda, a manutenção de sua segurança em um Sistema Internacional anárquico (AVANT, 1993, p. 410-411; CHAPMAN, 2009, p. 1). Em realidade, o foco do debate em torno da doutrina militar está em como este processo de formulação se dá: Qual é o peso relativo entre fatores domésticos e internacionais? Quem possui mais interferência em sua for-

2 *Guomindang* (GMD) ou *Kuomintang* (KMT) a depender da norma de transliteração adotada, é o Partido Nacionalista Chinês, responsável pela instauração da República em 1911, durante a Revolução Xinhai, sob a liderança de Sun Yat-sen, posteriormente responsáveis pela reunificação do Estado chinês em 1928, durante a Expedição ao Norte, já sob a liderança de Jiang Jieshi (Chiang Kai-shek). Em 1949, seria derrotado na Guerra Civil pelo Partido Comunista Chinês (PCCh), transferindo a sede de seu governo para Taiwan.

mulação, civis ou militares? Ou ainda, o que origina, ou quem está mais propenso a formular doutrinas ofensivas, defensivas, ou de dissuasão? (AVANT, 1993; KIER, 1995; POSEN, 1984).

Apesar deste artigo não pretender responder a estes questionamentos, eles são relevantes para o problema enunciado: é possível uma doutrina militar dar origem à conceitos operacionais que resultem em planos divergentes aos interesses e objetivos estratégicos do Estado. Pretende-se responder a este questionamento com este breve estudo de caso e avaliar por qual percurso este fenômeno pode se dar.

Por se tratar de uma pesquisa em fase inicial, exploratória e especulativa, não se pretende construir uma teoria definitiva para explicar este fenômeno. Mas sim, alertar para a necessidade de se incluir nos modelos explicativos sobre formulação de doutrina e conceitos operacionais, avaliações mais abrangentes sobre o Sistema Internacional e o momento histórico no qual o Estado a ser analisado está inserido. Este alerta se faz ainda mais necessário, quando não está a se analisar os Estados da Europa Ocidental ou os EUA, visto que as formulações estratégicas e doutrinárias dos demais Estados são reativas à atuação destes atores no Sistema Internacional³.

Considera-se que a doutrina militar constitui parte integrante dos objetivos estratégicos de um Estado no Sistema Internacional e de sua política externa, seja por disciplinar o uso dos recursos existentes para a aplicação militar, seja por manifestar intenções aos demais Estados (POSEN, 2016, p. 160). Nesse sentido, para Posen (1984, p. 13), a doutrina militar consistiria em um subcomponente da Grande Estratégia⁴ de um Estado e, por conseguinte, componente da mais alta política estatal. A partir desta reflexão podemos utilizar o seguinte conceito para definir mais precisamente a doutrina: “Doutrina militar é um ‘conjunto de princípios do Exército utilizados para guiar suas ações em sustentação dos objetivos nacionais’. [...] Em termos clausewitzianos, doutrina reflete a operação da ‘gramática da guerra’ (JENSEN, 2006, p. 4, tradução nossa).

E a partir desta perspectiva clausewitziana retornamos à relação entre a doutrina e a política. Ainda segundo Posen, na perspectiva clausewitziana da guerra, a política está presente em todos os aspectos da conduta da guerra, apesar de não possuímos uma fórmula exata para a implementação destes princípios ou objetivos políticos na doutrina (POSEN, 2016, p. 167-168). Se a Grande Estratégia constitui a mais alta política de um Estado, é necessário compreendê-la para se analisar a formulação, sucesso ou fracasso de uma doutrina militar específica.

3 O estado-da-arte da literatura sobre doutrina militar moderna é, em larga medida, resultante de estudos de caso (em variados momentos históricos) de quatro países: EUA, Inglaterra, França e Alemanha. Nestes estudos originais, os modelos explicativos construídos tendem a minimizar os aspectos sistêmicos do ambiente internacional, tendo em vista que estes países atuam de forma autônoma no Sistema Internacional e, em grande parte, suas políticas e interesses internos possuem repercussões em todo o Sistema Internacional. Apesar destas teorias e modelos explicativos oriundos destes estudos de caso serem extremamente úteis para quaisquer pesquisas sobre doutrina militar, a aplicação deste instrumental de forma automática e acrítica em estudos de caso de outros países em variados momentos históricos pode se mostrar enviesada e anacrônica (BLACK, 2004, p. 66-68).

4 Para Posen (1984, p. 13), a Grande Estratégia consiste em uma cadeia de meios e finalidades político-militares, em suas palavras “uma teoria do Estado sobre como melhor ‘causar’ segurança para si mesmo”. A Grande Estratégia deve identificar ameaças para a segurança do Estado e formular respostas políticas econômicas e militares.

Contudo, não se sustenta que abordagens institucionalistas como a de Avant (1993) ou culturalistas como a de Kier (1995), que enfatizam variáveis internas para a formulação doutrinária, não possuem capacidade explicativa. Mas sim que, no estudo de caso em tela (e possivelmente em demais estudos que não envolvam grandes potências ocidentais) esta lógica está subordinada à dinâmica internacional e à formulação da Grande Estratégia.

Por exemplo, o modelo explicativo institucionalista das incubadoras de Jensen (2006), é utilizado para explicar novas formulações doutrinárias no Exército dos EUA. As incubadoras consistiriam em subunidades militares livres de hierarquias burocráticas civis ou militares, livres para a experimentação doutrinária (JENSEN, 2006, p. 17-18). Em seu estudo de caso, Jansen qualifica as incubadoras de forma positiva, visto que seriam responsáveis pela capacidade de inovação e adaptação doutrinária do Exército estadunidense.

Contudo, inovações doutrinárias não existem alheias aos processos históricos, ao Sistema Internacional e a Grande Estratégia de um Estado. O caso do Exército Kwantung, que será analisado ao longo do artigo, se assemelha ao de uma incubadora, no entanto, com efeitos extremamente deletérios para o Exército japonês e para o Estado como um todo.

Esta organização militar agiu, durante um largo período, praticamente à revelia do governo de Tóquio, formulou sua própria concepção de política externa, de doutrina e de operações, que, em algum momento, subordinou a política externa japonesa e se tornou a doutrina oficial do Exército japonês. No campo da Grande Estratégia e política externa, esta formulação resultou na guerra total contra a China e posteriormente contra os EUA. No campo da doutrina, resultou em uma formulação baseada e válida para a experiência na Manchúria, mas incapaz de fornecer respostas válidas para uma guerra prolongada contra a China e posteriormente com os EUA.

A doutrina japonesa deu origem ao conceito operacional a ser analisado do sokkusen soketsu, “combate rápido e decisão rápida”. Este conceito privilegiava a ofensiva acima de tudo, na busca de uma batalha rápida e decisiva. Era algo aplicável na Manchúria a partir da ampla infraestrutura férrea existente, mas impraticável na vastidão da China sem uma indústria de motores adequada. Em um momento histórico de instabilidade no Sistema Internacional e de transição tecnológica (do vapor para o motor à explosão), da guerra motorizada e da guerra a partir do ar, o Japão se inseriu sem uma doutrina e conceitos operacionais adequados aos seus objetivos estratégicos. Em parte, como se procurará demonstrar, isso se deveu a um vácuo na formulação da Grande Estratégia. Desse modo, não havia um consenso básico na alta política japonesa que orientasse suas instituições civis e militares e sua formulação doutrinária.

3 CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DO JAPÃO NA DÉCADA DE 1920: A DEMOCRACIA TAISHO

Durante a década de 1920, o Japão vivera um período de grande prosperidade econômica. Em grande parte, isso se deu no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial. Com as economias europeias devotadas ao esforço de guerra, a economia japonesa cresceu de forma acelerada, ocupando os mercados abandonados pelos europeus (MIYAZAKI, 2009, p. 29; SHIGEMITSU, 1958, p. 26). Essa prosperidade foi acompanhada por um momento de efervescência cultural, de maior participação política da população com movimentos sociais e ampliação de direitos (como a instituição do sufrágio universal masculino). Houve um esforço da política externa para a manutenção da arquitetura regional do Internacionalismo Conservador⁵ e a implementação de uma política de não intervenção para a China. Esse período ficou conhecido como Democracia Taisho e, *grosso modo*, estendeu-se de 1918 até 1927.

Entretanto, os impactos consecutivos do Grande Terremoto de Tóquio⁶ (1923), da Crise Financeira Showa (1927)⁷ e da Grande Depressão (1929) minaram os fundamentos políticos e econômicos da Democracia Taisho (SHIGEMITSU, 1958, p. 27). O Japão tornou-se cada vez mais dependente do comércio e dos investimentos em suas zonas de influência, especialmente da Manchúria, que já em 1910 respondia por 40% do comércio com a China (MIYAZAKI, 2009, p. 29-30). No período 1917-1929, 16,7% dos ativos externos japoneses encontravam-se no Leste asiático, e no período de 1930-1939 este valor saltou para 35,2%. A relação entre Investimento Externo japonês e o PNB subiu de 0,91% em 1922 para 3,61% em 1937 (MIYAZAKI, 2009, p. 40, 44). A participação do comércio exterior no PNB japonês saiu de 27% no período 1917-1926 para 33,7% no período 1927-1936, sendo que a participação do Leste asiático nesse comércio girava em torno de 47,6% nas exportações e 37,4% das importações (MIYAZAKI, 2009, p. 40, 43, 46, 50-51). Em 1945, ao fim da guerra, 37,5% dos ativos externos japoneses estavam concentrados na Manchúria e Norte da China (MIYAZAKI, 2009, p. 41).

Mesmo nesse cenário de dependência com relação à Manchúria, combinado com uma forte crise internacional, o Japão se voltou para uma política econômica contracíclica de expansão fiscal e congelamento dos gastos militares, especialmente em custeio. Esta política foi levada a cabo por Takahashi Korekiyo, um dos principais formuladores da política econômica japonesa do período Taisho, 11º Primeiro Ministro do Japão (1921-22) e Ministro das Finanças (1931-36)

5 A categoria Internacionalismo Conservador foi utilizada por Robert Schulzinger para analisar o conteúdo da diplomacia do entreguerras. Pode-se afirmar que as iniciativas diplomáticas deste período se caracterizaram pela predominância de acordos e tratados negociados caso a caso entre as grandes potências sobre as organizações internacionais. O anticomunismo se apresentava como o elemento de consenso do Internacionalismo Conservador. A entrada da URSS e a saída do Japão da Liga das Nações demonstraram o esgotamento desse modelo (SCHULZINGER, 2002 apud MARTINS, 2013, p. 185).

6 O Grande Terremoto de Tóquio foi responsável pela morte de mais de 100 mil pessoas e mais de 50 mil famílias perderam suas casas. A destruição provocada pelos terremotos foi potencializada por uma série de incêndios. As perdas giraram entre 5,5 e 10 bilhões de ienes, e houve queda nas exportações, que tornaram a balança de pagamentos negativa.

7 A Crise Financeira Showa foi uma corrida bancária resultante da bolha especulativa provocada pelos esforços de recuperação econômica após o Grande Terremoto de Tóquio. Como consequência, grandes bancos japoneses quebraram e os *zaibatsu* (conglomerados industriais familiares que serão abordados adiante) tomaram controle do sistema bancário japonês.

incumbido de tirar o Japão da Grande Depressão. Takahashi conseguiu reverter a recessão japonesa e devolver a economia urbana ao pleno emprego ainda em 1935, uma década antes dos EUA⁸ (PAINE, 2012, p. 41). Sua política era baseada na saída do padrão-ouro, desvalorização da moeda para o estímulo de exportações, incentivo do consumo, investimento em obras públicas, controle civil sobre os gastos militares, cooperação com o ocidente e apoio à unificação chinesa e seu desenvolvimento econômico (PAINE, 2012, p. 41-42). Takahashi representava uma política de liderança pelo poder econômico e era privilegiada pelas autoridades civis de Tóquio, mas provocava grande ressentimento nos militares por congelar o seu orçamento e por não apoiar intervenções diretas no território chinês.

Especificamente, a política econômica japonesa e sua política para a China estavam intrinsecamente ligadas, os gabinetes civis buscavam a cooperação com o Ocidente e uma política de progressiva estabilização da China. No campo econômico, recomendavam o gasto doméstico em detrimento do gasto em custeio militar, para consolidar indústria e infraestrutura e, assim, investir em um programa de modernização militar (PAINE, 2012, p. 15). O conceito era semelhante ao da Restauração Meiji: ter uma economia forte para possuir um exército forte.

Entretanto, a política de Takahashi aos poucos seria desconstruída, encerrando o período da Democracia Taisho. Entre os fatores críticos que provocaram o seu desmantelamento, destacaram-se o apoio de grande parcela dos conglomerados que compunham o sistema *zai-batsu*⁹ ao golpe de Estado, o vácuo institucional deixado após o fim do governo dos *genro*¹⁰ e a desobediência militar frente aos gabinetes civis, que visavam ao aumento de gastos militares e uma solução militar para a China, culminando em uma rebelião militar em fevereiro de 1936 (MAGNO, 2015, p. 42).

8 Este feito o levou, posteriormente, a ser reconhecido como o John Maynard Keynes do Japão (PAINE, 2012, p. 41).

9 Conglomerados industriais verticalizados, inicialmente formados pelas famílias dos senhores de terra (*daimiyo*). Com o advento da Restauração Meiji, estas antigas famílias de samurais latifundiários assumiram o seu papel como capitais da indústria, após renderem suas terras ao novo governo imperial centralizado.

10 “Genro” é designação usada no Japão para os samurais que promoveram a restauração Meiji. A literatura anglo-saxônica traduz a expressão como “oligarcas”. Contudo, entre nós, o termo “oligarca” é utilizado usualmente para designar a classe dos latifundiários, cujo poder depende do controle de recursos naturais e mão de obra. No Japão, o que mais se aproxima disto são os *Daimios*, justamente contra os quais se levantaram os *genro*, portanto, “oligarca” induz a erro de interpretação. Além disto “caudilho” em nosso meio é utilizado para designar líderes cujo poder emana do carisma, ou prestígio, e da interferência na política através de bandos armados. A designação “caudilho” aproxima-se mais dos “Genro”, samurais intermediários, dotados de liderança e carisma, hábeis no uso de armas e na conduta de tropas (HALL, 1985, p. 246-247 apud MOREIRA DA SILVA *et al.*, 2011).

4 O EXÉRCITO IMPERIAL DO JAPÃO NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930

O ambiente internacional no período entreguerras foi marcado pela tentativa de estabelecer regimes internacionais no que concernia segurança, defesa e governança, vide o Tratado da Conferência Naval de Washington (1922). Entretanto, falhou em regulamentar relações econômicas e dirimir disputas comerciais. Devido ao processo de reconstrução europeu e a crise econômica e financeira do final da década de 1920, propagou-se um ambiente marcado pelo protecionismo econômico, entre 1929 e 1931 as exportações japonesas caíram pela metade, enquanto os chineses aumentavam as tarifas para entrada de produtos japoneses e promoviam boicotes (PAINE, 2012, p. 20-21). É sintomática também a quebra do sistema bancário japonês na crise 1927, sendo possível que este fator tenha colaborado para ascensão do *zaibatsu* como grupo político predominante no apoio a uma solução militar e a sua postura agressiva no sentido de buscar o controle direto de seus investimentos em território chinês (MAGNO, 2018, p. 55).

Este perfil alçaria o *zaibatsu* ao papel de principal apoiador da aventura expansionista do Exército Kwantung. Entre 1914 e 1931, o Japão saltaria da condição de quarto maior investidor externo na China para o segundo lugar, próximo à Inglaterra. O Japão correspondia a 35,1% do total do estoque de investimento estrangeiro na China, enquanto a Inglaterra possuía 36,7% (MIYAZAKI, 2009, p. 60). O resultado foi o aumento da dependência dos *zaibatsu* em seus negócios na Manchúria – entre 1926 e 1931, a Manchúria absorveu 70% do investimento externo direto japonês – e o aumento da competição com empresas chinesas (PAINE, 2012, p. 23). Com o aumento da competição entre empresas japonesas e chinesas, os grupos de pressão ligados ao *zaibatsu* passaram a defender a adoção de políticas agressivas contra a China e viam, na expansão dos gastos militares, um meio de amenizar os efeitos do período de crise. Assim, progressivamente, o *zaibatsu* passou a apoiar políticas belicistas promovidas pelas forças armadas japonesas.

Os militares, especialmente o exército, encontravam-se divididos em duas grandes facções desde princípios da década de 1920, a *Kodoha* e a *Toseiha*. Ambas se identificavam com visões fascistas e militaristas de sociedade, acreditavam que o Japão deveria ser liderado pelo Imperador por meio das Forças Armadas, se opondo ao modelo democrático parlamentarista então vigente. Entretanto, a *Kodoha* possuía um ideário mais associado a um passado ideal japonês ligado à terra e ao código moral samurai, o Bushido, enquanto a *Toseiha* defendia a ampla modernização das Forças Armadas e uma ênfase no progresso e industrialização. Assim, a segunda facção, dominante principalmente no Exército Kwantung, encontraria apoio no *zaibatsu* (PAINE, 2012, p. 40).

Deficiências institucionais também tiveram o seu papel na ascensão dos militares no governo japonês. A Constituição Meiji era contraditória quanto às responsabilidades das forças constituídas no Estado japonês, indicando o Imperador como responsável último pelo processo decisório. Era por meio desse espaço que os *genro* governavam, a partir de sua indicação direta pelo Imperador. Após a morte da maior parte dos *genro*, os governos passaram gradualmente a refletir o resultado das eleições, tornando-se de fato uma democracia representativa. Entretanto,

apesar dos gabinetes agora representarem a vontade popular, as Forças Armadas constitucionalmente respondiam apenas ao Imperador e não ao governo eleito. O resultado foi a progressiva independência das Forças Armadas, especialmente do exército estacionado na Manchúria, com relação às decisões tomadas em Tóquio. Os principais exemplos deste fenômeno foram o atentado a Zhang Zuolin, em 1928, e o incidente de Mukden (o pretexto para a ocupação da Manchúria) em 1931, que interromperam as tentativas do gabinete em Tóquio de negociar com o presidente nacionalista Jiang Jieshi (MAGNO, 2018, p. 56).

Os militares consideravam a Manchúria uma grande base militar, a principal frente para a inevitável guerra contra a União Soviética. Independentemente da invasão japonesa da Manchúria ou da guerra contra a China, o objetivo último do Exército Imperial Japonês era a guerra contra a URSS (PAINE, 2012, p. 47). O exército via uma política externa agressiva contra a China como uma forma de superar a recessão e como um meio de conter a expansão territorial e ideológica da URSS. Desse modo, o Exército Kwantung, estacionado na Manchúria, progressivamente implementou uma política externa própria, à revelia do gabinete de Tóquio e com a aquiescência do Quartel General Imperial.

Após a invasão da Manchúria, em 1931, e o estabelecimento do Estado fantoche do Manchukuo, em 1933, os militares entregaram ao governo civil um *fait accompli*, que resultou no isolamento internacional japonês e a consequente saída da Liga das Nações. Os Exércitos Kwantung e o da Guarnição do Norte da China progressivamente empreendiam campanhas militares independentes, firmando tratados com senhores locais da guerra, expropriando propriedades chinesas e as transferindo para *zaibatsu* e anexando novos territórios ao Manchukuo ou criando governos fantoche. O governo civil não tinha meios para retroceder das iniciativas empreendidas pelo exército no continente, limitando suas políticas externa e econômica.

Soma-se às atividades militares na China, a série de tentativas de golpe e assassinatos por parte do exército, configurando um período de transição no Japão, conhecido como governo por assassinato (COOX, 1976, p. 23). Entre 1930 e 1935, ocorreram cinco tentativas de golpe perpetradas por oficiais do exército acompanhadas por tentativas e assassinatos de ministros e políticos. A percepção era de que a tomada do controle do governo pelos militares era iminente. O ápice desta disputa foi a tentativa de golpe conhecida como o Incidente de 26 de fevereiro de 1936. Nesta data, cerca de 1500 militares em Tóquio ocuparam a sede do governo e tentaram ocupar o Palácio Imperial, além de atentarem contra a cúpula do gabinete e do conselho privado do Imperador, sucedendo no assassinio de dois ex-premiês. A rebelião militar só foi debelada após três dias e resultou no desmantelamento da *Kodoha*, identificada como responsável pela iniciativa.

Apesar da rebelião não ter atingido o seu objetivo principal, de sequestrar o Imperador e instaurar um regime militar, abriu caminho para a unificação do exército em torno da *Toseiha* e acabou com qualquer perspectiva de manter o domínio de um governo civil sobre os militares. Com isto, o último *genro* ainda vivo (que também era um dos alvos dos militares revoltosos), Saionji Kimochi, aconselhou o Imperador a nomear o príncipe Konoe Fumimaro ao posto de Primeiro-Ministro – pondo termo à curta experiência democrática representativa. Segundo o *genro*, ele seria o único nome capaz de criar um governo de consenso e impedir que os militares assumissem completamente o governo (OKA, 1992, p. 45).

A combinação da política externa e econômica de *fait accompli* do Exército na China, com a instabilidade política provocada pelas tentativas de golpe, assassinato e perseguição às autoridades civis que se opunham a uma política agressiva contra a China, tornaram impossível restaurar a autoridade civil no governo japonês. Talvez o símbolo deste evento tenha sido o próprio assassinato do Ministro Takahashi Korekiyo no golpe de 1936, pois era a principal liderança civil na defesa de uma política fundamentada nos princípios estabelecidos ainda na Restauração Meiji, de manutenção da autonomia por meio do desenvolvimento econômico e modernização militar.

Konoe assumiu o gabinete em junho de 1937, com a promessa de reconciliar civis e militares e promover uma política externa em prol de uma integração panasiática. Entretanto, um mês após o início de seu governo, o Exército Kwantung provocou o incidente da Ponte de Marco Polo, o estopim da 2ª Guerra Sino-Japonesa. Dessa forma, o gabinete de Konoe ficou à mercê das decisões do Exército, virando refém da política de fato consumado e tornando o caminho da guerra sem retorno.

A partir deste momento ficava claro que o Estado japonês não agia mais sob uma Grande Estratégia consensuada. O governo civil deste período possuía uma perspectiva diferente dos objetivos estratégicos japoneses e sobre como persegui-los. Progressivamente, a concepção estratégica surgida das experiências do Exército Kwantung na Manchúria, se tornariam dominantes e os oficiais desta organização militar assumiriam o comando de todo o governo.

O poder decisório havia passado, de fato, aos militares da facção *Toseiha*, que assumiria o gabinete em 1941 com o general Tojo Hideki. A prioridade passaria a ser o controle total do Norte da China em preparação para uma guerra contra a URSS. Contudo, devido ao impasse estratégico, a falta de consenso sobre um novo perfil de inserção em um Sistema Internacional em transição e aos erros de leitura da política internacional, os planos operacionais e doutrina formuladas neste período deixaram de corresponder aos novos objetivos estratégicos ou às suas consequências. Os planos operacionais e doutrinas formuladas refletiam as experimentações e experiências do Exército Kwantung na Manchúria, não correspondendo a uma percepção das necessidades do Estado japonês, nem ao seu perfil de inserção internacional.

5 PENSAMENTO ESTRATÉGICO, CONCEITO OPERACIONAL, PLANOS DE GUERRA E ESTADO DAS FORÇAS JAPONESAS

No decorrer da década de 1930, o Japão vinha se preparando para uma guerra, mas não contra a China, e sim contra a URSS. O objetivo japonês era a proteção da Manchúria, considerada sua linha vital com o continente e com o mundo e via na URSS e no comunismo a principal ameaça a essa linha vital. Novas operações militares no Norte da China tinham como objetivo garantir uma retaguarda estratégica para Manchúria em uma eventual conflagração contra os soviéticos e impedir o seu apoio ao *Guomindang* (GMD) ou ao Partido Comunista Chinês (PCC), que eventualmente poderia levar o Japão a uma guerra em duas frentes. Em nenhum momento, o Japão se preparou ou intencionou começar uma guerra total contra a China.

A missão original das forças japonesas estacionadas no Norte da China e em outros territórios naquele país era a de proteger investimentos, propriedades e a vida de cidadãos japoneses nestas localidades. Entretanto, a partir de meados da década de 1930, aumentou a percepção de ameaça com relação à URSS sobre o Manchukuo, enquanto simultaneamente aumentava a hostilidade chinesa contra os japoneses. As hostilidades chinesas, além de representarem um grande risco para a economia japonesa, também representavam uma ameaça ao programa de modernização do Exército japonês. Soma-se a isto a possibilidade de se ter uma guerra em duas frentes, contra a URSS ao norte e contra a China no flanco oeste, um risco considerável levando-se em conta a falta de profundidade estratégica da posição japonesa. A partir destas contingências, o Exército Imperial refez os seus planos operacionais, adicionando a região Norte da China, entre a península de Shandong e a Grande Muralha, como a área de retaguarda estratégica para a confrontação com a URSS (DREA, 2011, p. 107).

Desse modo, o Exército japonês pretendia eliminar a ameaça do GMD e garantir a delimitação desta retaguarda estratégica no Norte da China a partir de uma guerra preemptiva contra a China. Entretanto, este não era o planejamento original do governo civil, este cenário foi gradualmente se formando por meio de operações encobertas dos chamados “exércitos de campo” na China, sendo o principal deles o Exército Kwantung (Guandong) comandado pelo General Tojo Hideki (que posteriormente comandaria o país durante a guerra). Em março de 1937, os comandantes dos Exércitos da China foram convocados à Tóquio para explicarem suas ações, mas na ocasião eles exigiram do governo central que não fosse dada mais nenhuma concessão à China e que se fazia necessário “esmagar o governo de Nanjing” para que se desse continuidade aos preparativos de uma guerra contra a URSS (DREA, 2011, p. 106-107).

Desde a década de 1910, existiam planos de contingência para uma guerra contra a China para defender os interesses japoneses na Manchúria. Estes planos requeriam o uso de 13 divisões para ocupar a Manchúria, parte do Norte da China e Beijing, com o uso de mais duas divisões para garantir as linhas de comunicação entre Beijing e o mar (DREA, 2011, p. 108). A partir do incidente da Manchúria em 1931 e sua subsequente ocupação, estes planos passaram a ser detalhados para uma eventualidade de uma aliança sino-soviética que colocasse em risco a posição japonesa no Norte da China e sua ocupação no Manchukuo. Os planos descreviam uma campanha de dois meses que exigiriam 16 divisões, das quais 14 seriam destinadas a enfrentar o exército vermelho e duas engajariam contra os nacionalistas. Os objetivos eram praticamente os mesmos, proteger a Manchúria, ocupar pontos estratégicos do Norte da China, incluindo Beijing, e garantir sua comunicação com o mar (DREA, 2011, p. 108). Somente em caso de uma escalada e uma guerra total e aberta contra a China, tratada como improvável, estava previsto o reforço de mais dez divisões, mas para atuação ainda no Norte da China. Operações na China central seriam limitadas à ocupação e ao bloqueio das grandes cidades no litoral e apenas duas divisões seriam destinadas para este fim (DREA, 2011, p. 108).

Apesar da existência destes planos, entre 1932 e 1936, a prioridade do Exército Kwantung era a preparação para a guerra contra a URSS. Conquanto o GMD permanecesse fraco e dividido, operações contra a China deveriam ser limitadas, evitando uma possível escalada. Esta percepção se alterou progressivamente ao longo da década de 1930. Contudo, a evolução destes planos

demonstrava que, até as vésperas da guerra, todos os planos japoneses priorizavam uma ocupação apenas do Norte da China, mesmo em uma guerra em duas frentes, não havia previsão para uma derrubada do governo do GMD ou para a conquista de todo o território. Mesmo a possibilidade de ocupação de Wuhan, no interior da China central, que foi considerada em planos de 1935, foi descartada em sua revisão de 1936 por falta de tropas e recursos (DREA, 2011, p. 108-109).

A versão final dos planos de guerra na China manteve estes objetivos, quais fossem, a ocupação do Norte da China e das principais cidades do litoral da China central (Nanjing, Shanghai e Hangzhou). Dois cenários eram previstos nos planos: o primeiro se refere a operações gerais no Norte da China e estabelecia o avanço das operações ao longo das principais ferrovias, saídas de Beijing até o rio Amarelo, prevendo a ocupação das cinco províncias do Norte da China; o segundo dizia respeito a operações contra uma aliança sino-soviética, cuja principal diferença era a redução da área de ocupação no Norte da China, devido ao redirecionamento das forças para o engajamento contra os soviéticos. Apesar destes planos advogarem por uma ocupação prolongada, nenhum deles considerava a hipótese de uma guerra prolongada e de atrito. Todo o foco era dado a batalhas iniciais, possíveis respostas à reação chinesa deveriam ser consideradas “contingentes às circunstâncias” (DREA, 2011, p. 111).

Contudo, toda a política japonesa para a China, a partir de 1936, considerava apenas soluções de força, apesar do seu objetivo maior ser conservar forças para investir em um programa de modernização militar para a confrontação com a URSS e garantir uma retaguarda estratégica no Norte da China. Esse planejamento contraditório diz respeito a três fatores. O primeiro, já referenciado, foi a completa exclusão das lideranças civis, tanto eleitas, quanto burocráticas, do processo de formulação e tomada de decisão política e estratégica após fevereiro de 1936. O segundo fator se refere à divisão entre o QG de Tóquio, que era favorável a ações limitadas contra os chineses e os “comandantes de campo” na China, que advogavam por uma guerra preemptiva contra a China. O terceiro fator diz respeito à inteligência japonesa sobre a situação chinesa.

Não obstante o Japão possuir uma eficiente inteligência de sinais na China, ter capacidade de decodificar a maior parte das comunicações chinesas e ter consciência de situação da maior parte das forças chinesas, sua inteligência política foi incapaz de compreender a situação do país após a unificação promovida pelo GMD (PEATTIE, 2011, p. 56-57). Os japoneses se utilizavam de suas experiências pregressas negociando com senhores da guerra na China e de preconceitos que descreviam os líderes chineses como corruptos e ineptos e reafirmavam a superioridade racial e do Estado japonês como líder da Ásia. A ascensão do GMD era vista como uma nova disputa entre senhores da guerra e o sentimento antijaponês que promoviam seria resultado da influência da URSS, do PCCh e de interesses paroquiais. Os japoneses não conseguiram compreender o novo momento da realidade política e social chinesa, a promoção de uma agenda de modernização e a união das diferentes forças políticas em uma frente antijaponesa, resultante justamente das iniciativas de agressão contra a China. Dentro desses cenários estabelecidos, os japoneses acreditavam que os chineses não seriam capazes de organizar uma resistência prolongada em nível nacional e que, como em eventos anteriores, aquiesceria após uma rápida e decisiva vitória militar.

Esta rápida e decisiva vitória era a base da doutrina do Exército Imperial Japonês. Seus principais manuais de comando, o “Princípios do Comando” (*totsui koriyo*) e o “Princípios das Operações” (*seno koriyo*), consideravam que a vitória era tributária do *élan* e moral superiores e da capacidade ofensiva¹¹. O conceito operacional japonês consistia em operações rápidas de alta mobilidade buscando a batalha decisiva no início da campanha. O único meio de atingir os objetivos era a ofensiva, a infantaria seria a principal arma da manobra e a artilharia tinha a função de apoiar o seu avanço. Preconizava-se fazer ataques surpresa, operações noturnas e ter a capacidade de cercar o oponente mesmo em menor número. Se suas forças se encontravam na defensiva, o comandante deveria buscar oportunidades para desferir um contra-ataque esmagador e reconquistar a iniciativa. Este conceito operacional, que buscava a batalha decisiva a qualquer custo, foi denominado de o princípio do “combate rápido e decisão rápida”, ou *sokkusen sokketsu* (DREA, 2011, p. 112-113; SATOSHI; DREA, 2011, p. 159), e fundamentou todo o planejamento operacional japonês na China, ao menos até a Batalha de Wuhan em 1938, quando chegou ao seu limite.

Apesar da forte ênfase na infantaria e na superioridade da moral do soldado japonês, este conceito operacional só era factível devido a uma força altamente treinada, à proficiência na guerra de armas combinadas, à grande superioridade de poder de fogo, à mobilidade e ao apoio aéreo e naval, não consistia em uma cega carga de baionetas como o senso comum pode eventualmente tentar reproduzir (DREA, 2011, p. 115). Este tipo de conceito operacional, era tributário das doutrinas de *attaque à l'outrance* e do culto à ofensiva que nasceu na I Guerra Mundial e inspirou fortemente a doutrina japonesa, especialmente o pensamento militar alemão. O culto à ofensiva era o resultado de uma releitura de Clausewitz baseada no nacionalismo chauvinista e no darwinismo “científico”. Era uma tentativa de justificar a guerra ofensiva de agressão por meio de um verniz científico de uma suposta sobrevivência do mais forte, no caso, a nação da raça e da moral superior (SONDHAUS, 2013, p. 42-43). Essa formulação sobreviveu no período entreguerras e serviu como base para as formulações, na Europa, da guerra de aniquilação e guerra total, que também tiveram forte influência na formulação doutrinária japonesa e, conseqüentemente, em seu conceito operacional (DREA, 2011, p. 112). Pode-se atribuir a este pensamento também a grande falha na inteligência humana japonesa, visto que seus relatórios se utilizavam de estereótipos e preconceitos para justificar sua superioridade racial e uma inevitabilidade de uma vitória militar baseada no *sokkusen sokketsu*, atribuindo aos chineses características como mesquinhos, gananciosos, corruptos e traiçoeiros (DREA, 2011, p. 131-133).

Para executar este plano operacional, o Exército Imperial Japonês contava, às vésperas da guerra, com uma força de 247 mil homens na ativa, distribuídos em 17 divisões de infantaria¹², quatro regimentos de tanques e 54 esquadrões aéreos compostos por 549 aeronaves. Parte desta ordem de batalha já se encontrava estacionada na China: o Exército de Guarnição da China, com sede na concessão japonesa de Tianjin, que contava com 2 regimentos e uma brigada mista

11 Estes preceitos eram tão absolutos que na revisão do Princípios do Comando de 1928 foram retirados os termos *rendição*, retirada e defesa do manual (DREA, 2011, p. 112).

12 Cada divisão de infantaria japonesa, em tempo de paz, era composta por 12 mil homens, divididos em duas brigadas de quatro mil homens, e regimentos de artilharia de campo, engenharia e um batalhão de transporte. Em tempo de guerra, cada divisão podia chegar a 25 mil homens (DREA, 2011, p. 118).

independente e o Exército Kwantung, estacionado em Manchukuo, que contava com quatro divisões. Outras duas divisões encontravam-se estacionadas na Coreia e mais dois regimentos de infantaria em Taiwan. Além disso, o Japão contava com uma reserva de conscritos, prontos para o emprego, de cerca de 742 mil homens em 1937 (DREA, 2011, p. 115-116).

Quanto à logística e equipamentos, os japoneses eram extremamente dependentes de ferrovias. Sua doutrina logística considerava que unidades de manobra japonesa deveriam atuar em um raio entre 190 e 290 km de uma ferrovia para que pudesse ser abastecida de forma apropriada (DREA, 2011, p. 122-123). Para motorizar completamente o exército, estimava-se serem necessários 250 mil caminhões, a indústria japonesa na década de 1930 era capaz de produzir somente 1000 caminhões por ano (DREA, 2011, p. 119). Devido a essa deficiência e a condições de terreno na China, fora das linhas férreas toda a logística era feita a pé ou com animais. Um regimento de transporte, em tempo de guerra, possuía 3.500 homens¹³, 300 cavalos e mais 2.600 animais (DREA, 2011, p. 123). Também havia deficiências na indústria de produção de munição para a artilharia e de tanques e blindados. Problemas logísticos e de produção sobrecarregariam as capacidades japonesas ao longo da guerra, minando a superioridade material e tecnológica que possuíam em relação aos chineses no início da guerra. Já contra os adversários de mesmo nível tecnológico, estas deficiências resultariam em consequências catastróficas (DREA, 2011, p. 121).

Em suma, os japoneses, apesar da superioridade material e tecnológica em relação aos chineses, possuíam uma série de deficiências que, ao longo da guerra, iriam se demonstrar críticas. Entre elas: processo decisório falho, com a sobreposição entre os comandantes de campo e o QG de Tóquio; planos operacionais vagos que não condiziam com a realidade enfrentada na guerra; dificuldades produtivas e logísticas; e um conceito operacional inadequado ao tipo de guerra que os japoneses estavam prestes a enfrentar.

6 À GUIA DE CONCLUSÃO: A SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA

Em 1937, com o incidente da Ponte de Marco Polo, teria início a Segunda Guerra sino-japonesa, que viria escalar à Segunda Guerra Mundial. Nesta conflagração, a China construiu um conceito operacional que se relacionava com a sua realidade econômica e política, além de possuir uma compreensão clara do inimigo e de seu objetivo estratégico. O objetivo estratégico da China era a defesa de seu processo de Revolução Nacional e o conceito utilizado foi o *chijiuzhan* ou a guerra defensiva prolongada. O *chijiuzhan* visava negar a superioridade econômica e tecnológica do inimigo por meio da extensão de suas linhas de comunicação e ampla superioridade numérica, provocando desgaste do inimigo e indefinição no campo de batalha. Buscava-se obter um impasse estratégico que forçaria a retirada do inimigo.

Enquanto isso, o Japão, que se recuperava de uma crise econômica e passava por uma grave crise institucional, possuía um objetivo estratégico vago e um conceito operacional desligado da realidade política. O objetivo estratégico japonês era a garantia de uma retaguarda estratégica para Manchukuo para uma futura guerra contra a URSS. O conceito operacional

13 As forças de transporte eram preenchidas por oficiais de segunda classe e soldados da reserva com pouca ou sem experiência. Pela logística não estar envolvida diretamente nas ações ofensivas, acabava por receber um tratamento desigual e era relegada a segundo plano (DREA, 2011, p. 123).

utilizado era o *sokkusen sokketsu*, que significava “guerra rápida, decisão rápida”. Esse conceito se baseava única e exclusivamente na guerra ofensiva e só via o seu objetivo estratégico alcançado com a destruição do inimigo, negando a possibilidade de ações políticas para a resolução da guerra. Soma-se a isto um processo decisório falho, com a sobreposição entre os comandantes de campo e o QG de Tóquio, planos operacionais vagos que não condiziam com a realidade enfrentada na guerra e dificuldades produtivas e logísticas. Além disso, o tipo de guerra que o Japão enfrentou era, em grande medida, inédito. Entretanto, a rigidez de seu processo decisório e o seu momento de crise política impediu que se adotasse um modelo de planejamento operacional mais flexível que condissesse com a realidade no campo de batalha.

Desse modo, ao longo das três principais etapas da guerra (Shanghai, Wuhan e Ichi-Go), observou-se a tentativa japonesa de definição a qualquer custo. Os chineses, por sua vez, atraíam as forças japonesas para o interior do território, desgastavam suas linhas de suprimentos e faziam uso de sua superioridade numérica até tornar-se insustentável para os japoneses a execução de grandes operações ofensivas.

Desse modo, um impasse estratégico foi estabelecido, pois os Nacionalistas não alimentavam a ilusão de uma vitória decisiva contra os japoneses em campo de batalha, mas acreditavam que se deveria impor ao seu avanço o maior custo possível, impedindo que o inimigo fosse capaz de se aproveitar dos ganhos de sua vitória tática momentânea. Apesar dos chineses perderem Beijing, Shanghai, Wuhan, Xuzhou e seu acesso ao litoral, os japoneses se tornariam incapazes de sustentar novas operações ofensivas significativas até 1944, mantendo um impasse e tornando um ônus a manutenção da ocupação de territórios¹⁴. E, mesmo com a vitória japonesa na operação Ichi-Go, a maior ofensiva de toda a guerra, Tóquio não conseguiria extrair nenhum ganho efetivo da vitória, colapsando por completo sua máquina de guerra, vindo a se render após o bombardeio atômico e a ofensiva soviética sobre a Manchúria em 15 de agosto de 1945.

14 Apesar disso, o custo da vitória para os Nacionalistas foi extremamente alto, visto que os oito anos de bloqueio e as pesadas baixas resultariam em uma extrema deterioração econômica, administrativa e produtiva do estado chinês. O resultado foi a deterioração de sua capacidade de combate, a perda de importantes territórios e uma extrema insatisfação popular. Estes fatores posicionariam os comunistas em vantagem na disputa pela liderança da Revolução Nacional chinesa que se seguiria ao fim da guerra.

REFERÊNCIAS

- AVANT, D. D. The institutional sources of Military Doctrine: hegemons in ars. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 37, n. 4, p. 409-430, 1993. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2600839>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- BLACK, J. **Rethinking military history**. New York: Routledge, 2004.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. **Manual de fundamentos**: doutrina militar terrestre. 2. ed. Brasília, DF: Exército, 2019. (EB20-MG.102). Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4760/1/EB20-MF-10.102.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- COOX, A. D. **Tojo. Rio de Janeiro: Rennes Ltda, 1976.**
- CHAPMAN, B. (ed.). **Military doctrine**: a reference handbook. Santa Brabara: ABC-CLIO, 2009.
- DREA, E. J. The Japanese Army on the eve of the war. In: PEATTIE, M. R.; DREA, E. J.; VAN DE VEN, H. (org.). **The Battle for China**: essays on the military history of the Sino-Japanese War of 1937-1945. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 105-137.
- HALL, J. W. **El imperio japonés**. 7. ed. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- HARVEY, A. S. Os níveis da guerra como níveis de análise. **Military Review – Ed. Brasileira**, Fort Leavenworth, v. 77, n. 1, p. 81-88, 2022. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Arquivos/Primeiro-Trimestre-2022/Harvey/#:~:text=Os%20tr%C3%AAs%20n%C3%ADveis%20da%20guerra,atribuir%20tarefas%20ao%20comando%20apropriado>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- JENSEN, B. M. **Forging the sword**: doctrinal change in The U.S. Army. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- KIER, E. Culture and military doctrine: France between the wars. **International Security**, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 65, 1995.
- MAGNO, B. **Revolução Nacional e guerra prolongada na China**: análise estratégica e operacional da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945). 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193522#>. Acesso em: 28 abr. 2019.

MAGNO, B. **Segunda Guerra Sino-Japonesa**: gênese de um modo asiático de fazer a guerra? 2015 Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/140739>. Acesso em: 28 abr. 2019.

MARTINS, J. M. Q. **Relações internacionais contemporâneas 2012/2**: estudos de caso em política externa e de segurança. Porto Alegre: ISAPE, 2013. *E-book*.

MIYAZAKI, S. Y. M. **As origens do investimento japonês na Ásia**. São Paulo: Annablume, 2009.

OKA, Y. **Konoe Fumimaro**: a political biography. Lanham: Madison Books, 1992.

PAINE, S. C. M. **The wars for Asia, 1911-1949**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. *E-book*.

PEATTIE, M. R. The dragon's seed: origins of the war. *In*: PEATTIE, M.; DREA, E.; VAN DE VEN, H. (org.). **The battle for China**: essays on the military history of the Sino-Japanese War of 1937-1945. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 48-78.

POSEN, B. R. **The sources of military doctrine**: France, Britain, and Germany between the World Wars. Ithaca: Cornell University Press, 1984.

POSEN, Barry R. Foreword: military doctrine and the management of uncertainty. **Journal of Strategic Studies**, [s. l.], v. 39, n. 2, p. 159-173, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402390.2015.1115042>. Acesso em: 7 maio 2020.

SATOSHI, H.; DREA, E. J. Japanese Operations from July to December 1937. *In*: PEATTIE, Mark R.; DREA, Edward J.; VAN DE VEN, Hans (org.). **The battle for China**: essays on the military history of the Sino-Japanese War of 1937-1945. Stanford: Stanford University Press, 2011. p. 159-180.

SCHULZINGER, R. D. **U.S. Diplomacy since 1900**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SHIGEMITSU, M. **Japan and her destiny, my struggle for peace**. New York: E.P. Dutton & Co., 1958.

SONDHAUS, L. **A Primeira Guerra Mundial**: história completa. São Paulo: Contexto, 2013.

